



C o n t e x t u a l i z a ç ã o

MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS E DESENVOLVIMENTO NA AMÉRICA LATINA: AVANÇOS E DESAFIOS

*Rodolfo García Zamora**

Este trabalho tem por finalidade analisar como a economia latino-americana evoluiu, ao longo do século XX, por meio de três modelos econômicos diferentes, o primário-exportador, o de substituição de importações e o modelo neoliberal – no qual as migrações internacionais e as remessas adquirem grandes dimensões – como consequência dos graves impactos sociais que esse modelo provoca nos países da região desde os anos setenta até o início do século XXI. Em contraposição ao que defendia o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), as remessas não foram a alavanca para o desenvolvimento econômico e social no continente, o qual passou a ser, perigosamente, mais dependente das remessas e vulnerável em relação à situação das economias receptoras de migrantes. A crise hipotecária norteamericana em 2007 e 2008 evidencia a necessidade de reorientação do modelo neoliberal como se tem tentado atualmente na América do Sul, em prol de um modelo endógeno, com crescimento dos diferentes setores e regiões, tendo em vista a equidade e bem-estar de toda a população.

Palavras-chave: Migração Internacional; Modelos de desenvolvimento; Políticas de Estado sobre desenvolvimento e migração

As etapas do desenvolvimento na América Latina

A história econômica da América Latina pode ser resumida como a longa luta empreendida pelas diferentes classes e grupos sociais que integram

* Doutor em Estudos do Desenvolvimento. Universidad Autónoma de Zacatecas / México.

suas sociedades, em cada fase de seu desenvolvimento, visando construir um projeto de autodeterminação nacional, no âmbito da economia capitalista mundial, que os permita superar o subdesenvolvimento e alcançar níveis superiores de progresso social. Sob o risco de simplificação excessiva, desde o momento da independência dos países latino-americanos de suas respectivas potências coloniais até a presente data, a busca pelo desenvolvimento tem confrontado dois polos opostos: um polo “conservador”, segundo o qual o desenvolvimento é semelhante à “modernização” e é alcançado por meio da adaptação passiva de nossos países às necessidades dos centros capitalistas; e um polo “progressista” que, sem renunciar a inserção na economia mundial destaca a necessidade de se ter um projeto nacional de desenvolvimento que atenda às necessidades básicas da população.¹

O Modelo Primário-Exportador, primeira etapa na evolução da economia latino-americana inserida na economia mundial, reproduziu e consolidou o caráter dependente das sociedades latino-americanas. Configurou-se um sistema produtivo heterogêneo e especializado, constituído por um setor “moderno” assentado na produção e exportação de produtos primários e um setor de “subsistência”. O sistema produtivo careceu desde o início de um motor interno, já que dependia para sua expansão da demanda dos centros. As melhoras da produtividade no setor exportador não se difundiam ao conjunto da economia, mas se desperdiçavam no consumo suntuoso da oligarquia, ou eram transferidas ao exterior, por meio de uma relação de preços desfavorável. Os altos níveis de concentração de renda predominantes desde a colônia se reproduziram durante a fase do Modelo Primário-Exportador. Isso é verdade não somente como uma consequência da lógica do modelo, mas pelo fato de que a independência não implicou no afastamento das antigas elites, mas apenas numa reestruturação do bloco no poder. Uma situação similar se apresentará posteriormente na passagem para o modelo de Substituição de Importações e ao Modelo Neoliberal, o que se traduzirá na perpetuação da alta concentração de renda que prevalece até os nossos dias.²

O Modelo de Substituição de Importações constitui o esforço mais sério realizado na história latino-americana para a construção de um projeto de desenvolvimento autônomo. As duas guerras mundiais e a grave crise econômica dos anos 30 do século passado criaram condições propícias para o incentivo à industrialização, a partir de uma estratégia de desenvolvimento “para dentro” baseada no fortalecimento do mercado interno. A estratégia de “substituição de importações” foi no seu tempo uma estratégia alterna-

¹ Cf. GUILLEN, Arturo. “Modelos de Desarrollo y Estrategias Alternativas”, p. 37.

² *Ibidem*, p. 138.

tiva, pois tanto nos países do centro como nos da periferia os problemas do período entre guerras tendiam a ser vistos como transitórios, e uma vez superada a situação, a América Latina deveria retomar o Modelo Primário-Exportador. A teoria estruturalista Cepalina do desenvolvimento que surgiu na América Latina, no contexto da fase do pós-guerra até os anos 70, foi importante porque se tratou de um esforço teórico próprio que levou em consideração as peculiaridades do subcontinente e sua história. Tal teoria, como dizia Raúl Prebisch, nos fez pensar com “nossas próprias cabeças”. A transição para o Modelo de Substituição de Importações teria sido inviável em outro contexto que não o da crise e da ascensão de governos de caráter progressista, nos quais se faziam presentes os interesses das grandes massas e de uma burguesia industrial emergente.³

O projeto industrializante se tornou transnacional no final dos anos 50. As empresas transnacionais, principalmente estadunidenses, se apropriaram dos ramos dinâmicos da indústria. Embora o modelo de substituição de importações tenha permitido à América Latina alcançar altos níveis de crescimento e emprego e até certa melhoria dos salários reais e dos indicadores sociais, não permitiu a superação do subdesenvolvimento. A chamada “substituição difícil” se chocou com os limites a ela impostas pelo mercado restrito cerceado pela concentração da renda e pelas barreiras à capacidade de importação, a qual continuava a depender das exportações de produtos primários. Configurou-se, dessa forma, um sistema produtivo desarticulado e dependente, tendencioso ao consumo suntuoso; uma “industrialização truncada” que carecia de uma base endógena de acumulação de capital. A estrutura produtiva e a estrutura social, em vez de se homogeneizar, acabaram por se tornar mais heterogêneas, dando lugar a fenômenos como o desemprego urbano e a economia informal.⁴

Durante os anos 60 e 70 do século passado havia se formado uma nova oligarquia, estruturalmente vinculada às empresas transnacionais e ao capital financeiro internacional. No contexto da Guerra Fria, os governos da região optaram pela via fácil do endividamento externo, o que acelerou a crise do modelo de substituição de importações e conduziu à crise da dívida externa de 1982, que marcou a transição ao neoliberalismo e à inserção passiva de nossos países na globalização.

Desde 1983 a América Latina entra em um novo modelo de desenvolvimento de economia aberta e desregulada, baseado na exportação como eixo do processo de acumulação de capital. O ajuste macroeconômico

³ *Ibidem.*

⁴ *Ibidem.*

mico ortodoxo dos anos oitenta, efetuado no contexto de renegociação da dívida externa insustentável, provocou a estagnação da maioria dos países e a pobreza crescente de suas populações no que se denominou “a década perdida do desenvolvimento”.

O Consenso de Washington representou uma reformulação do “ajuste ortodoxo”. Mantiveram-se as políticas neoliberais de cunho restritivo e se introduziu a abertura financeira como uma forma de reinserir a região no mercado internacional de capitais. Embora sob esse regime as economias tenham recuperado certa capacidade de crescimento (durante os regimes de Salinas de Gortari no México, Menem na Argentina e Cardoso no Brasil), as mesmas entraram em um novo ciclo de endividamento e de instabilidade financeira que levou às crises que aconteceram nos anos noventa.

Os resultados do Modelo Neoliberal foram funestos. Sua implementação não gerou crescimento, nem fortalecimento da cadeia produtiva, nem desenvolvimento científico e tecnológico próprio, nem progresso social. Em vez de avançar em termos de desenvolvimento econômico e social, a América Latina retrocedeu, o que ameaça a estabilidade social e a governabilidade política.

Embora esse modelo tenha tido um efeito modernizador em alguns segmentos da indústria manufatureira do setor exportador, acentuou a heterogeneidade do sistema produtivo – o qual carece de uma base endógena que sustente a acumulação de capital e o crescimento dinâmico da economia – e acentuou as desigualdades sociais entre os países e dentro dos países. No presente momento, o crescimento elevado e duradouro no contexto do neoliberalismo é uma mera ilusão: o sistema produtivo é mais determinado pelas relações com o exterior e desarticulado do que o que existia durante o modelo de substituição de importações, e, a despeito de uma minúscula minoria que se enriqueceu de forma chocante, a maioria da população experimenta uma deterioração persistente de suas condições de vida e de trabalho.⁵ É importante destacar como na etapa do Modelo Primário-Exportador as migrações internacionais eram provenientes fundamentalmente da Europa, América Latina e do Caribe. Em nível nacional, identificavam-se movimentos migratórios internos em direção aos centros de exportação, onde se encontravam os centros mais dinâmicos da atividade econômica dos países. Durante a etapa do Modelo de Substituição de Importações surgiram importantes movimentos migratórios internos como resultado da modernização do setor agropecuário, da industrialização e urbanização que constituem um importante mercado de trabalho que atrai crescentes fluxos de trabalhadores do campo para a cidade. Finalmente,

⁵ *Ibidem*, p. 39.

com o Modelo Neoliberal, as crises econômicas que propiciam seu estabelecimento e que geram o modelo durante os anos 80 e 90 do século passado, produzem migrações internacionais explosivas da região para os Estados Unidos, Europa e outros lugares. Fenômeno que os equatorianos denominaram de a “grande debandada” migratória provocada pelo *tsunami* neoliberal na América Latina e Caribe.

Devido a isso, para Arturo Guillen⁶, faz-se urgente para a América Latina a construção e aplicação de uma estratégia alternativa de desenvolvimento. Não basta a resistência frente à globalização neoliberal, nem a conformação com demandas espontâneas, como defende o movimento altermundialista. Faz-se necessária uma estratégia de desenvolvimento orientada à recuperação do crescimento, elevação dos níveis de emprego, satisfação das necessidades básicas da população e eliminação da pobreza extrema e da fome. Requer-se uma nova estratégia para desmontar o arcabouço do neoliberalismo, que não é outra coisa senão uma estrutura de poder antinacional. Por detrás das altas taxas de juros e da supervalorização das moedas, se escondem poderosos interesses, que não são outros que não os do capital financeiro internacional e das elites internas, que têm se beneficiado da abertura comercial e financeira. O Consenso de Washington não só representou a adesão dogmática às políticas neoliberais, mas representou um compromisso político do capital financeiro globalizado e dos governos dos países centrais com as elites e governos dos países periféricos. A fim de implementar um projeto econômico alternativo, orientado para o crescimento e o emprego, cujo eixo dinâmico seja o mercado interno, faz-se indispensável a modificação dos “pontos críticos” da política econômica, em que se assenta o modelo neoliberal: as políticas monetárias e cambiais restritivas, as tendências estruturais à concentração de renda e a sujeição ao pagamento perpétuo da dívida.

Para o mesmo autor, mencionado anteriormente, colocar em prática uma estratégia alternativa não é um problema meramente técnico, mas fundamentalmente político. Ao contrário do que sustentam alguns pensadores do movimento antiglobalização, no sentido de que a globalização anula a possibilidade de aplicação de estratégias alternativas no espaço nacional, e de que aos perdedores do processo só resta a resistência global, a história recente mostra que a nação segue sendo um espaço privilegiado da luta de classes do desenho e execução de estratégias diferentes do neoliberalismo, o que inclui o espaço eleitoral. Sob diferentes ritmos, e atendendo a especificidades nacionais, Brasil, Argentina, Venezuela, Bolívia, e mais

⁶ *Ibidem*, p. 40.

recentemente Equador, são exemplos vivos de que a ascensão ao governo de partidos e movimentos progressistas cria as condições para a construção de projetos alternativos. Mas, ao mesmo tempo, esses processos nos mostram que a ascensão ao governo não é suficiente. Requer-se vontade política e desfazer-se de dogmas para que sejam desmontados os andaimes do neoliberalismo. Parece que a América Latina consegue sair da via estreita marcada pelo pós-consenso de Washington e pelo capital financeiro internacional e decide encontrar um caminho alternativo. Tudo parece indicar, como destacou a presidenta da Argentina Cristina Kirchner, que a “noite negra” do neoliberalismo vai ficando para trás e que a América Latina, nas palavras do novo presidente equatoriano Rafael Correa, experimenta uma “mudança de época”. Somente México e Colômbia e alguns regimes centro-americanos e caribenhos se mantêm na via neoliberal, mas “por quanto tempo?” Em todo caso, o desenlace, como sempre, se encontra mais no terreno da política do que da economia.⁷

As migrações internacionais na América Latina no início do século XXI

De acordo com os antecedentes da Divisão de População das Nações Unidas, o número de emigrantes internacionais aumentou, em escala mundial, em quase 100 milhões de pessoas entre 1960 e 2000, ano em que alcançou a marca de quase 180 milhões. O maior aumento ocorreu na década de 1980, com uma taxa de 4,3%. No entanto, a porcentagem de imigrantes sobre a população mundial se manteve relativamente constante entre 1960 e 2000, em 2,5% e 2,9%, respectivamente. Do aumento total de 1960 em diante, 78% corresponderam à migração para as regiões desenvolvidas. Segundo as estimativas preliminares mais recentes da mesma Divisão, em 2005 o total mundial acumulado será de 190 milhões de pessoas, dois terços das quais (120 milhões) se concentrariam nessas regiões, enquanto que até 1960 a referida proporção era de 42%. Dessa forma, pode-se concluir que o número de migrantes tem aumentado mais rapidamente nas regiões desenvolvidas, as quais representam maiores porcentagens das populações receptoras, o que tem sido acompanhado pela incorporação de novos destinos, especialmente os Estados Unidos.⁸

No que diz respeito à América Latina e Caribe, segundo dados censitários da Divisão de População da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), nos últimos anos o número de emigrantes dessa região tem experimentado um aumento significativo, tendo alcançado um total estimado de mais de 21 milhões de pessoas por volta do ano 2000,

⁷ *Ibidem.*

⁸ DIVISIÓN DE POBLACIÓN - Naciones Unidas. *Tendencias de migración internacional 1965-2005*, p. 1.

26 milhões em 2005 e 30 milhões em 2008. Esses migrantes constituem uma proporção superior a 13% dos migrantes internacionais no mundo, porcentagem que supera a proporção da população da América Latina e Caribe sobre a população mundial, que alcança cerca de 9%. A região tem deixado de atrair migrantes e, de fato, no início da década atual para cada imigrante há quatro emigrantes. Países que mostram uma tendência contrária são Argentina, Costa Rica e Venezuela, sem que os imigrantes cheguem a representar 10% da população total.

Quanto às informações sobre emigrantes (cerca de 4% da população regional em 2000), se observa que o maior número corresponde ao México, seguido dos países da Comunidade do Caribe e da Colômbia, que excedem um milhão de pessoas, e outros nove países da América Latina, que excedem meio milhão de pessoas.

Os dados mostram uma presença considerável de latino-americanos e caribenhos fora de seus países, apesar de que, em termos relativos, os impactos sobre as respectivas populações nacionais são variados. As porcentagens mais altas (entre 8 e 15%) correspondem a Cuba, El Salvador, México, Nicarágua, República Dominicana e Uruguai.

Segundo Villa e Martínez⁹ existiram três grandes padrões migratórios internacionais desde meados do século XX. O primeiro deles corresponde à imigração ultramarina, originada principalmente na Europa. Até 2000, o total acumulado era de 1,9 milhões, número que corresponde a 41% dos imigrantes. O segundo resulta do intercâmbio de pessoas entre os próprios países da região (60% dos imigrantes), tendo peso especial a migração limítrofe. O terceiro padrão é da migração externa à região, cuja crescente intensidade tem sido acompanhada pela diversidade e ampliação de destinos e pela incorporação da totalidade dos países nos deslocamentos. Esses padrões coexistem, apesar de que a importância do primeiro tem decrescido ao longo do tempo.

Em termos geográficos, os destinos dos fluxos migratórios têm sido ampliados e diversificados de maneira progressiva. Os diversos fatores de expulsão, a demanda por trabalhadores especializados, a expansão dos meios de comunicação e transporte e a intensificação das redes sociais explicam, em boa medida, que durante os anos noventa e o primeiro quinquênio da década de 2000, tenham adquirido importância quantitativa os fluxos latino-americanos para a Europa – em particular para a Espanha –, para o Japão e Canadá. Os migrantes da região também têm uma presença significativa na Itália, França e Portugal, assim como na Austrália e em Israel. Estima-se

⁹ VILLA, Miguel; MARTÍNEZ, Jorge. *International migration in Latin America and the Caribbean: a summary view of trends and patterns*, p. 3.

que 3 milhões de migrantes latino-americanos estejam fora da região, em países distintos dos Estados Unidos.

Esse último país tem sido o destino preferido para a maioria dos emigrantes latino-americanos e caribenhos, apesar de importantes e crescentes exceções de acordo com comportamentos de anos recentes. De todo modo, os imigrantes neste país representam, aproximadamente, três quartos do total dos migrantes da região, cerca de 19,3 milhões de pessoas até 2005, cifra que, por sua vez, equivale a mais da metade do total acumulado de imigrantes nos Estados Unidos.

Os latino-americanos e caribenhos nos Estados Unidos conformam, junto com seus descendentes nascidos no país receptor, o chamado grupo étnico dos “hispânicos” ou “latinos”, que é a primeira minoria deste país. Tal grupo étnico, no entanto, não é social e economicamente homogêneo, já que apresenta traços diferenciados segundo magnitude, origem nacional e étnica, distribuição territorial, graus de indocumentação, integração social, inserção trabalhista e níveis de organização. Por meio dele não é possível falar de uma “comunidade latina” como algo homogêneo. Um traço adicional deste grupo é sua crescente irregularidade na forma de ingresso nesse país nos últimos dez anos, situação que depois dos acontecimentos de 11 de setembro de 2001 fez com que os grupos mais conservadores o associem com um risco à segurança nacional. Além disso, se tem gerado na opinião pública (em grande medida induzido por meios de comunicação como a Cable News Network - CNN) a associação dos latino-americanos como população de baixo *status* educacional e social.¹⁰ Percepção paradoxal, quando em outros contextos do mesmo país e em particular em seus países de origem, eles são percebidos como atores relevantes para seu desenvolvimento, especialmente por suas remessas, mas também como atores chave no processo de transformações socioculturais refletidas na introdução de novos modos de vida, valores, costumes e padrões de consumo.¹¹ Também têm expandido sua presença e importância em todas as esferas da vida social, econômica, cultural e política dos Estados Unidos. Os analistas concordam que sua influência na cultura e na política das cidades e regiões estadunidenses tem adquirido escala considerável, fato que não deveria ser visto como incompatível com a necessidade de integração na sociedade local.¹²

¹⁰ PORTES, Alejandro. *The New Latin Nation: Immigration and The Hispanic Population of the United States*, p. 9.

¹¹ Cf. GUARNIZO, Luis. “Aspectos económicos del vivir transnacional”.

¹² PORTES, Alejandro, *op. cit.*, p. 10.

Depois dos Estados Unidos, desde finais dos anos noventa, a Espanha consiste no segundo destino em importância da migração regional. As pessoas nascidas na América Latina entrevistadas pelos censos populacionais passaram de 210 mil em 1991 para 840 mil em 2001. De acordo com o Padrão Municipal de Habitantes, em janeiro de 2004 havia 1,2 milhões de pessoas nascidas nessa região e a quantidade chega a mais de 2 milhões de migrantes em 2007. Trata-se de um contingente que tem crescido de maneira constante e que seu conjunto constitui quase metade das entradas de estrangeiros desde o ano 2000, além de representar quase 40% dos estrangeiros no país, o que explica o fato da Espanha ser o segundo destino da emigração regional.

Vono e Domingo¹³ distinguem quatro etapas desta migração:

- 1) Entre 1975-1991, quando os principais fluxos correspondiam aos cidadãos argentinos, chilenos e uruguaios que fugiam dos regimes ditatoriais que em meados dos anos setenta se instauraram em seus países.
- 2) Entre 1992-1999, quando peruanos e dominicanos encabeçaram as migrações econômicas, claramente femininas.
- 3) Entre 2000-2005, quando ocorreu a grande aceleração da migração iberoamericana com destino à Espanha, protagonizada principalmente por equatorianos e colombianos.
- 4) A partir de 2006, quando novos fluxos como os bolivianos e brasileiros deslocam os anteriores das primeiras posições.

Uma tendência muito importante das migrações latino-americanas para a Espanha é sua crescente irregularidade. Uma estimativa entre as pessoas registradas no Padrão Contínuo de Habitantes e o número de Autorizações de Residência apresentados pelo Ministério do Interior mostra que, até 1999, 4% do total de estrangeiros na Espanha não estava documentado. Em 2000 esta proporção sobe para 15%.¹⁴ Entre os latino-americanos, a porcentagem de indocumentados em 2001 atinge 32% e em 2004 sobe para 51%, se colocando como o grupo estrangeiro com maior porcentagem de irregularidade.

De acordo com o país de nascimento, os latino-americanos em maior número são os equatorianos, colombianos e argentinos, havendo um crescimento em quase todos os grupos, e aumentos absolutos visíveis entre

¹³ VONO Daniela; DOMINGO, Andreu. "El control de los flujos procedentes de Iberoamérica a España desde la perspectiva sociodemográfica", p. 5.

¹⁴ Cf. IZQUIERDO, Antonio. "Cambios en la inmigración a resultas de la política restrictiva del gobierno español".

bolivianos e paraguaios. As estatísticas recentes mostram como a imigração latino-americana para a Espanha ainda apresenta um forte componente feminino, mantendo a ideia segundo a qual este fenômeno tem sido tradicionalmente encabeçado pelas mulheres, ainda que tenha sido mencionado que nos últimos anos percebe-se uma tendência à masculinização do total e a entrada de montantes importantes de menores de idade, o que indica um aumento das migrações para reunião familiar, principalmente entre os fluxos mais antigos.¹⁵

O protagonismo das mulheres na migração regional para a Espanha está intimamente relacionado com a existência de uma demanda por mão de obra imigrante em nichos laborais tradicionalmente femininos, como as “cadeias globais de cuidado” de crianças e idosos.¹⁶ Mais de 40% das mulheres imigrantes trabalham no serviço doméstico, enquanto que os homens trabalham em grande medida na área da construção civil (um terço dos ocupados), indústria e na agricultura.

Há um crescente consenso com respeito à necessidade de se introduzir a perspectiva de gênero a fim de se obter uma compreensão mais integral do fenômeno migratório. Esta é uma vertente poderosa para superação definitiva da invisibilidade das mulheres migrantes, o que traz importantes implicações para o desenho de intervenções.¹⁷

No caso da migração feminina, a incorporação da perspectiva de gênero tem permitido a superação de dois notórios preconceitos: visa acabar com a visão segundo a qual a mulher é uma protagonista passiva, que migra como acompanhante do esposo ou que somente espera por seu cônjuge e filhos, e coloca em discussão as formulações teóricas dominantes que a renegaram a um plano secundário.

Muitos estudos chegaram a sugerir que as mulheres eram sujeitos das distintas etapas do processo migratório, que dinamizavam os grupos familiares e impulsionavam e lideravam o estabelecimento de redes migratórias que vinculavam os locais de origem e de destino. Por sua vez, o questionamento dos enfoques clássicos tem servido para destacar a especificidade da migração sul-norte e compreender que, dentro dela, a migração feminina pode ser interpretada como parte de uma resposta às tendências da economia mundial, com seus ajustes, desregulação e flexibilização.

¹⁵ VONO Daniela; DOMINGO, Andreu, *op. cit.*, p. 7.

¹⁶ MARTÍNEZ BUJAN, Raquel. *La reciente inmigración latinoamericana a España*, p. 15.

¹⁷ COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE – CEPAL. *El aporte de las mujeres a la igualdad en América Latina y el Caribe*, p. 13.

Nesse contexto, a chamada feminização da migração é vista como uma oportunidade para abrir novos espaços às mulheres dentro da família e da sociedade, flexibilizar a divisão sexual do trabalho e transformar os padrões e papéis de gênero, mas também se reconhece o risco de que a migração afete negativamente os projetos de vida das mulheres, reforce sua condição de subordinação e as hierarquias assimétricas de gênero, atentando contra sua dignidade e seus direitos.

Duas últimas tendências das migrações latino-americanas internacionais consistem em uma maior participação de grupos indígenas nesses fluxos, especialmente para a Europa, com notória importância de equatorianos e bolivianos e, além disso, a perda de trabalhadores altamente qualificados, denominada *brain drain*, que representa uma fuga do talento trabalhista com mais educação e capacitação que, ao emigrar ao exterior, faz com que os países da região percam um capital social valioso, que eventualmente poderia vir a apoiar as estratégias de desenvolvimento econômico e social alternativas. Durante os anos oitenta e particularmente nos anos noventa, essa fuga aumenta graças às condições macroeconômicas adversas na região marcadas por crises, desvalorizações, desemprego, baixa renda, etc.. Juntamente com este fenômeno apresenta-se o desperdício desses talentos *brain waste*, quando frequentemente os profissionais latino-americanos exercem trabalhos não qualificados, de baixos salários em que não aplicam seus conhecimentos. Países como Argentina, Colômbia, El Salvador e México estão testando diversas estratégias de aproximação com seus migrantes com alta qualificação para buscar o retorno ou colaboração em diversos programas científicos, tecnológicos e de desenvolvimento econômico. Infelizmente, as assimetrias econômicas crescentes entre o Sul e o Norte e mesmo no âmbito Sul-Sul (Argentina e Bolívia; Costa Rica e Nicarágua) tornam pouco viável, a curto prazo, reverter esta tendência.

Um último elemento a ser considerado sobre as migrações latino-americanas e do Caribe, talvez o mais estudado, se refere às remessas geradas pelos migrantes dessa região. Segundo o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA),¹⁸ no fim de 2006 as pessoas que haviam emigrado da região alcançavam a marca de 30 milhões de pessoas. Nos casos de países pequenos e economicamente dependentes, os migrantes constituem um terço da população. Como foi indicado anteriormente, até os anos noventa do século passado, os Estados Unidos constituíam o principal destino deste fluxo migratório, mas isso tem mudado com as migrações para a Europa e para outros países da mesma região.

¹⁸ FIDA. *Enviar dinero a casa*, p. 14.

Para o FIDA, em 2006 foram enviados para a América Latina e Caribe cerca de 68 bilhões de dólares, dos quais 24,3 bilhões foram para o México, seguido da América do Sul, que recebeu um montante ligeiramente menor. A média das transferências anuais dos migrantes é de 2 200 dólares, a nível macroeconômico as remessas representam em média 3% do PIB e 11% das exportações dos países da região.

O FIDA fornece as seguintes informações relevantes sobre as remessas na região:

- Número total de emigrantes: 30.403.000
- Remessas totais em 2006: 67.905

Caribe: 8.370

América Central: 11.031

México: 24.254

América do Sul: 24.250

- Indicadores (média ponderada)

Remessas per capita: 129 dólares.

Média de remessas anual por migrante (media sem ponderar): 2.233 dólares

Remessas como porcentagem do PIB: 3%

Remessas como porcentagem das exportações: 11%

Porcentagem média de migrantes na população mundial: 5.5%

Porcentagem média de migrantes em países com população menor que um milhão de habitantes: 49%

Porcentagem média de migrantes em países com população maior que um milhão de habitantes: 11%

- Principais países receptores de remessas: México: 24.254; Brasil: 7.373; Colômbia: 4.516; Guatemala: 3.557; El Salvador: 3.228.
- Porcentagem de custos por cada 200 dólares enviados: 6-8%.

Com respeito aos destinos das remessas para o interior dos países da região, o FIDA indica que mais de um terço do fluxo total vai para as zonas rurais. A porcentagem enviada para estas zonas é maior quando se trata do caso dos migrantes que trabalham em países vizinhos da região, como acontece com os bolivianos na Argentina e Nicaraguenses na Costa Rica.

O FIDA destaca que, em geral, as transferências de dinheiro aos países da América Latina e do Caribe se dá por meio de empresas especializadas e autorizadas. No entanto, nos últimos três anos têm surgido

outros concorrentes (nos Estados Unidos e na Espanha, com respeito às transferências para os corretores latino-americanos de remessas), como bancos e agentes que oferecem serviços de transferência de uma conta para outra por meio do uso de cartões. Contudo, nos corretores intrarregionais os fundos seguem sendo enviados, na maioria das vezes, através de mecanismos formais. O custo de envio para esta região está entre os mais baixos do mundo, principalmente graças à forte concorrência e representa em média 7% a cada 200 dólares enviados.

Da mesma forma que em outras partes do mundo, na América Latina e no Caribe, o acesso aos serviços financeiros é relativamente limitado, inclusive para os receptores de remessas, que costumam poupar mais. Com algumas exceções, há poucas possibilidades de acesso às instituições formais. As cooperativas de crédito e as instituições de micro-financiamento estão começando a oferecer serviços aos receptores e por isso a aumentar a venda cruzada de produtos financeiros. O resultado final é um maior grau de intermediação financeira e de transformação entre os clientes. Exemplo disso são as caixas populares mexicanas ou as sociedades de crédito imobiliário da Jamaica, que geram benefícios a milhares de clientes.¹⁹

Para a Divisão de População da CEPAL²⁰ três temas centrais têm surgido acerca das remessas: os aspectos conceituais e metodológicos para medi-las, seus efeitos econômicos e sociais, os fatores determinantes e motivações de quem envia tais recursos.

Em geral, cada vez mais se aceita que as remessas não são a panaceia para o desenvolvimento nacional, e isso fica evidente em muitos estudos que têm sido importantes para a tomada de consciência do verdadeiro alcance de seus impactos. Em outras palavras, reconhece-se amplamente que a falta de desenvolvimento não se resolve com emigração, o que remete à necessidade de não se descuidar das políticas de desenvolvimento e emprego, assim como da promoção do investimento, tanto estatal quanto privado.

Apesar disso, para o Centro Latino-Americano e Caribenho de Demografia (CELADE), existem espaços para a identificação de boas práticas, porque os países da região mostram, sobretudo, um vivo interesse em apoiar e fortalecer as iniciativas que busquem reduzir os custos das transferências, orientar estes recursos a um uso produtivo – tendo em vista que se trata de rendas familiares essencialmente dedicadas a gastos correntes – e encontrar

¹⁹ CENTRO LATINOAMERICANO Y CARIBEÑO DE DEMOGRAFÍA (CELADE) - División de Población de la CEPAL. *Migración Internacional y Desarrollo en Iberoamérica*, p. 5.

²⁰ *Ibidem*, p. 11.

melhores práticas para que contribuam para a diminuição da pobreza nas famílias receptoras e, em geral, para a elevação do bem-estar.

Devido a isso, há na região muitos governos, além do Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e, em especial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, que advogam pela necessidade de orientação das remessas para a criação de pequenas e médias empresas,²¹ assim como para gastos de outros tipos, que promovam a formação de capital produtivo e humano.²² Sobre a base de algumas experiências bem conhecidas, levadas a cabo em alguns países da região como Colômbia, El Salvador e México, tem sido aceita a ideia de que as interrelações entre as remessas e o desenvolvimento representam uma área de potencialidades a ser descoberta.

O CELADE destaca que nos últimos anos tem tido uma força especial as remessas coletivas, doações enviadas por grupos de migrantes da mesma comunidade (*home town associations*) para o financiamento de obras de infraestrutura e bem-estar social, como a pavimentação de ruas, introdução de água potável, energia elétrica, material escolar, restauração de templos, etc.. Ainda que representem apenas uma pequena parcela do total das remessas, por sua natureza incidem diretamente no desenvolvimento local ou, quando menos, no bem-estar das comunidades de origem, o que tem levado a caracterizá-las como recursos de qualidade. Nesse contexto, surge a ideia dos migrantes como agentes do codesenvolvimento, e uma série de programas que estimulam tais iniciativas.

Migração internacional, remessas e desenvolvimento: do mito à realidade

Atualmente na América Latina as remessas superam os 60 bilhões de dólares anuais. Esse fluxo representa um dos principais itens de transferências correntes no Balanço de Pagamentos, superando, em muitos casos, a renda advinda dos principais itens de exportação e do investimento externo direto, enquanto ultrapassam de longe os recursos provenientes da cooperação internacional para o desenvolvimento. Estes volumes que as remessas têm alcançado fazem com que elas não somente sejam visíveis aos olhos da sociedade, mas se tornam um importante tema de debate social, político e acadêmico, em função de suas aparentes potencialidades como possível fonte de financiamento do desenvolvimento local e regional.²³

²¹ Cf. RATHA, Dilip. *Workers Remittances*.

²² Cf. BANCO INTERAMERICANO DE DESARROLLO (BID). *Las remesas como instrumento de desarrollo*.

²³ CANALES CERÓN, Alejandro. "Remesas y desarrollo en América Latina", p. 5.

No contexto anterior, Alejandro Canales²⁴ destaca como diversos organismos internacionais (FMI, BID-FOMIN, UNCTAD, Banco Mundial, entre outros) juntamente com governos nacionais e locais focam sua atenção nas remessas como instrumento preferencial que poderia contribuir para a redução da pobreza e promover o desenvolvimento dos países de origem da migração internacional.²⁵ Em contraposição a este discurso predominante, diversos organismos da sociedade civil e muitos acadêmicos questionam estes enfoques, alegando que as remessas são essencialmente transferências privadas entre particulares, que por isso não podem substituir a responsabilidade do Estado e a ação do mercado na promoção do desenvolvimento econômico e do bem-estar da população.²⁶

Para o mesmo autor, o debate tem se centrado principalmente em torno de “como” as remessas poderiam promover um processo de desenvolvimento econômico nas regiões de origem da migração, deixando amplos vazios em torno de “por que” as remessas poderiam ter tal impacto (ou não tê-lo, de acordo com o caso). Canales, a partir da macroeconomia propõe um modelo de análise da relação remessas-desenvolvimento que permite o entendimento e a avaliação dos impactos das remessas familiares em função do caráter e modalidade que elas assumam, assim como de seu significado e comportamento específico como categoria econômica. A hipótese por detrás dessa proposta é muito simples: o impacto das remessas depende diretamente de como elas se incorporam à estrutura econômica de cada sociedade, ou seja, qual é o caráter e a lógica que define seu comportamento macroeconômico. Canales²⁷ sintetiza seu questionamento da seguinte maneira: por que as remessas deveriam ter algum impacto sobre a dinâmica de desenvolvimento das economias do Terceiro Mundo?

Para ele, as remessas são uma transferência de recursos privados e o ponto em discussão é a definição de seu caráter e significado econômico (além de seus significados sociais e culturais). Como fluxo de transferências, as remessas têm um impacto na dinâmica macroeconômica e microeconômica dos países receptores. Contudo, esse impacto dependerá diretamente do significado econômico que elas assumam em cada momento.

²⁴ *Ibidem*, p. 6.

²⁵ Cf. RATHA, Dilip, *op. cit.*; ACOSTA, Pablo *et alii*. “Remittances and Development in Latin America”.

²⁶ Cf. GARCÍA ZAMORA, Rodolfo. “Migración internacional y remesas colectivas en Zacatecas”; CORTINA *et alii*. “Remesas: límites al optimismo”; CANALES CERÓN, Alejandro, *op. cit.*; MARTÍNEZ BUJAN, Raquel, *op. cit.*; LOZANO, Fernando. “De excluidos sociales a héroes sexenales. Discurso oficial y remesas en México”.

²⁷ CANALES CERÓN, Alejandro, *op. cit.*, p. 12.

Do ponto de vista macroeconômico, é possível avaliar seu impacto por meio da diferenciação entre remessas salariais (familiares) e remessas de capital (produtivas).

- a) As primeiras correspondem a transferências diretas para o uso familiar seja para o consumo (remessa salário), para serem poupadas em função de um consumo familiar futuro, para casos de emergências familiares, ou para cobrir os gastos da reprodução dos usos e costumes familiares que implicam a reprodução das relações culturais.
- b) As remessas produtivas correspondem a diversas formas de investimento privado ou social, que não passam pelo orçamento familiar. Trata-se de transferências específicas com fins de investimento, frequentemente pequenos comércios ou microprojetos produtivos.

A diferença conceitual anterior permite a compreensão do diferente uso e impacto das remessas nas comunidades de origem dos migrantes. Por exemplo, no caso das remessas salariais, elas contribuem para sustentar o equilíbrio entre renda e consumo dos lares. Dessa forma, seus impactos se dão em dois sentidos complementares:

- a) Por um lado, pela sua contribuição ao consumo famílias, contribuem para a elevação do nível de vida e bem-estar dos lares receptores, uma vez que incidem sobre a dinâmica das desigualdades econômicas e das condições de pobreza das comunidades receptoras.
- b) Por outro lado, esta mesma contribuição ao consumo dos lares se traduz em efeitos multiplicadores para o restante da economia local, regional e nacional. Mas, ele não deve nos levar a confundir estes efeitos multiplicadores e de bem-estar familiar das remessas com os impactos que poderiam ter como “alavanca do desenvolvimento”.

No caso das remessas de capital, de acordo com a macroeconomia, destaca-se que sua contribuição se dá por meio do balanço poupança – investimento. Como fonte de investimento, podemos considerar as remessas produtivas como sendo um instrumento de crescimento econômico que, juntamente com outros fundos de investimento (investimento externo direto, investimento nacional privado, investimento público, etc.), são a base de todo o processo de desenvolvimento.

Trata-se não somente de categorias distintas quanto a sua origem, mas especialmente em relação a sua função e ao significado econômico para

os países que as recebem. De fato, não podemos confundir este impacto das remessas de capital sobre o crescimento econômico com um impacto hipotético sobre o bem-estar da população e a redução da pobreza, o qual está associado às remessas salariais.

A fim de desmistificar a ideia das remessas como uma suposta renda geradora do desenvolvimento nos países de origem, Alejandro Canales²⁸ destaca que, para entender o significado econômico e social das remessas no mundo atual, é fundamental localizar as migrações internacionais no contexto das mudanças estruturais da economia mundial sob a globalização. De acordo com este último processo são ativados diversos mecanismos de inclusão e exclusão social que, através da precariedade do emprego e por outras formas de segregação social, têm dado origem a um novo padrão de polarização e diferenciação social, que dentre outras consequências, produz:

- a) A configuração de um regime trabalhista baseado nos processos de flexibilidade e desregulação.
- b) A transformação do sistema de ocupações, com base na sua crescente segmentação e polarização e na conseqüente diferenciação social.
- c) A conformação de grupos de população com distintos níveis de vulnerabilidade social, situação que se agrava por um contexto estrutural, no qual os mecanismos de negociação política e social surgidos na sociedade industrial e que tomaram forma no Estado do bem-estar têm deixado de funcionar para os grupos mais vulneráveis. Este é o mecanismo pelo qual são criadas e recriadas, na sociedade global, minorias sociais e culturais como os imigrantes, cuja vulnerabilidade socialmente construída é transferida para o mercado de trabalho sob a forma de uma desvalorização de sua força de trabalho e de suas condições de vida e reprodução social.
- d) No contexto anterior, as remessas consistem em uma fração dos salários e remunerações da força de trabalho migrante nesses mercados globais. São uma parte do pagamento que recebem os trabalhadores migrantes, a qual tem, portanto, a mesma função macroeconômica que qualquer outro salário: a reprodução da força de trabalho. A peculiaridade reside no fato de que a reprodução da força de trabalho se dá em contextos binacionais e em mercados

²⁸ *Ibidem*, p. 17.

de trabalho globalizados que se sustentam na configuração de comunidades e famílias transnacionais.

- e) As remessas são, portanto, a forma por meio da qual esta fração do salário dos migrantes é transferida para suas famílias e comunidades de origem para a reprodução social da família e da comunidade, como acontece com qualquer outra renda salarial nessas mesmas comunidades (ou em outras comunidades). As remessas são, sem dúvida, um fundo salarial e esse é seu significado e função como variável macroeconômica.
- f) Por outro lado, as remessas não somente fazem parte do processo de reprodução transnacional da força de trabalho migrante, mas também das condições estruturais de exclusão social e precariedade de trabalho enfrentadas por esta força de trabalho. Em outras palavras, ao analisarmos o significado econômico e social das remessas não podemos ignorar este contexto global de exclusão e segregação social que caracteriza a inserção trabalhista dos migrantes, pois as remessas são produto direto desse contexto global.
- g) O marco estrutural de exclusão e segregação social dos migrantes é, definitivamente, o que permite a diferenciação entre o caráter e significado social das remessas recebidas pelos países em vias de desenvolvimento daquelas recebidas pelas economias industrializadas do Primeiro Mundo.
- h) As remessas não somente constituem um fundo salarial, mas correspondem a rendas salariais de trabalhadores que combinam uma inserção trabalhista de alta vulnerabilidade e precariedade no país receptor, seja do Norte ou do Sul, com uma condição de pobreza, marginalidade e vulnerabilidade em seus países de origem.

As remessas são geradas por trabalhadores vulneráveis e em situação precária, que as enviam a seus familiares que vivem em condições de pobreza e marginalidade social. É nesse contexto que as remessas se destinam majoritariamente ao consumo familiar, contribuindo para a manutenção de um nível mínimo de bem-estar e se mostram insuficientes para promover um verdadeiro processo de mobilidade social.

Além disso, de acordo com a argumentação anterior que mostra as contribuições e limites das remessas familiares ou remessas salariais para as comunidades e países de origem dos migrantes, todas as experiências internacionais mostram como as migrações internacionais e as remessas podem

assumir um caráter paliativo como solução para a marginalização e pobreza, mas por si mesmas nem podem superar a pobreza, nem levar os países ao desenvolvimento econômico. Este último requer uma reorientação do modelo econômico mundial que arruína as economias nacionais do Sul e lança suas populações ao mercado mundial do trabalho, buscando desesperadamente um trabalho decente nas economias desenvolvidas, principalmente.²⁹

Requere-se uma reorientação do modelo econômico para o mercado interno, sem renunciar a articulação com o mercado mundial, fortalecendo em especial as estratégias de desenvolvimento regional e setorial. Se se pretende otimizar os aspectos positivos da migração internacional para o desenvolvimento e reduzir seus impactos negativos, faz-se necessária a formulação de políticas de Estado sobre Desenvolvimento e Migração, integrais e de longo prazo, que superem a esquizofrenia de um modelo que leva à quebra maciça dos produtores nacionais, que aumenta a pobreza e a marginalização social e o esforço de alguns governos latino-americanos pela busca de que os migrantes e as remessas gerem desenvolvimento nacional.³⁰

As organizações de migrantes latino-americanos nos Estados Unidos, Europa e outras regiões poderão potencialmente atuar como um novo ator transnacional do desenvolvimento de seus países, se forem cumpridas, dentre outras, as seguintes condições:

- a) Políticas de Estado sobre Desenvolvimento e Migração que fortaleçam o mercado interno, o desenvolvimento regional e os diferentes setores produtivos.
- b) Uma mudança institucional nos três níveis de governo, fortalecendo a colaboração interinstitucional e os governos locais.
- c) Um processo permanente de organização e capacitação transnacional nas comunidades de origem e de destino.

América Latina: a construção de um modelo alternativo de desenvolvimento com enfoque transnacional

A evolução econômica da América Latina durante o século XX e inícios do século XXI mostra como, na medida em que foram se desfazendo os diversos projetos nacionais de desenvolvimento, e como o Estado deixou de ser o promotor desse desenvolvimento e do bem-estar da população, delegando a condução de suas economias aos organismos internacionais como o Fundo Monetário e o Banco Mundial e a oligarquia financeira inter-

²⁹ GARCÍA ZAMORA, Rodolfo. *Migración Internacional, Remesas y Desarrollo*, p. 124.

³⁰ *Idem*. "Una Política Alternativa sobre Desarrollo y Migración para México", p. 190.

nacional (aliada às oligarquias nacionais), as crises econômicas se tornaram crônicas e com elas as migrações latino-americanas se tornaram explosivas, desde os anos noventa do século anterior. Sob o modelo neoliberal em curso, pensou-se que essas migrações eram funcionais ao mesmo modelo, já que atuavam como “válvula de escape” para uma população trabalhista que crescentemente não podia ser absorvida de forma descente em seus países de origem, contribuía para satisfazer a demanda por trabalho nos países do Norte em expansão (e em alguns do Sul, como Argentina, Costa Rica e Venezuela) e, além disso, geravam importantes fluxos de remessas familiares com efeitos macroeconômicos significativos, a nível regional, local e familiar. No entanto, tal funcionalidade tem sido limitada pela realidade da globalização, a recessão econômica internacional não somente freia a demanda por novos migrantes, mas além disso, os países receptores, como Europa, ameaçam com a deportação massiva de migrantes indocumentados, processo que os Estados Unidos já vêm promovendo desde os anos noventa do século passado, bem como vários países da América Central e México.

No contexto anterior, uma vez desmistificado o suposto caráter “mágico” das remessas para gerar o desenvolvimento econômico dos países de origem, tem-se como impreterível a construção de um modelo econômico que a médio prazo possibilite que a migração internacional seja mais uma alternativa de vida e não uma necessidade como tem acontecido. É neste quadro que se inserem vários países do Cone Sul com governos progressistas que estão abandonando as receitas do Consenso de Washington e desenham e aplicam estratégias alternativas, que lhes permitam obter um crescimento duradouro de suas economias, resolver os enormes problemas sociais de seus povos e recuperar a autonomia frente aos imperialismos. Países como Venezuela, Bolívia, Equador e Chile se identificam com a necessidade de recuperação de “um projeto nacional de desenvolvimento” e de avançar na integração latino-americana.³¹

Para Arturo Guillen³², o fim do “pesadelo neoliberal”, como o caracterizou o presidente Rafael Correa, não é meramente uma questão de novas políticas econômicas. Estas são necessárias, porém insuficientes. A América Latina necessita também de uma estratégia política para desmontar o arcabouço neoliberal, que não é outra coisa senão uma estrutura de poder antinacional e antipopular. Por detrás das altas taxas de juros, do mito do equilíbrio fiscal, da “independência dos bancos centrais” e da sobrevalori-

³¹ GUILLEN, Arturo. “Obstáculos a la transformación de América Latina”, p. 1.

³² *Ibidem*, p. 6.

zação das moedas, se escondem poderosos interesses, que não são outros que os do capital financeiro internacional e das elites internas que têm se beneficiado da abertura comercial e financeira. O Consenso de Washington aplicado nos anos noventa na América Latina, como reforço de dez medidas neoliberais para continuar controlando a economia regional, não somente significou aderência dogmática à essa doutrina econômica, mas significou um compromisso político, uma aliança de classes entre o capital financeiro globalizado e os governos dos centros com as elites e governos da periferia.

A colocação em prática de uma estratégia alternativa de desenvolvimento, não é um problema técnico, mas fundamentalmente político. Sobre tudo naqueles processos como os da Venezuela, Equador e Bolívia é concebido um objetivo socialista. Não há reestruturação econômica que não passe por uma transformação fundamental da sociedade e do poder político; de outra forma, as mudanças econômicas somente restaurariam o poder das oligarquias. Mas é igualmente válido para os processos de mudança no Brasil, Uruguai e Argentina, onde a viabilidade de um projeto nacional de desenvolvimento passa por uma reconfiguração do “bloco no poder”.

Colocar nossos países no caminho de um projeto nacional de desenvolvimento – projeto que desapareceu durante 25 anos de neoliberalismo e políticas de mercado – não implica superar o capitalismo por decreto, mas somente orientá-los novamente às vias do desenvolvimento, ou seja, no caminho de um crescimento econômico duradouro, da construção de um sistema produtivo mais articulado e autônomo e de colocar no centro da estratégia, a solução dos urgentes problemas sociais (alimentares, de saúde e de moradia) da grande maioria dos povos.³³

Da mesma forma que Arturo Guillen, Gregorio Vidal³⁴ destaca que a construção de uma economia que considere as necessidades da população e os meios para conseguir sua satisfação é uma condição da democracia. Mas também dota os países da região de capacidades de produção fundadas no pleno uso dos recursos.

Para Vidal, na construção de uma economia para o desenvolvimento, o investimento em serviços públicos básicos e em infraestrutura é imprescindível. Implica a geração das capacidades gerais de produção e das instituições que a administram. Consiste em tarefa que deve ter o apoio do investimento público. Da mesma forma, é necessário que sejam construídas relações internacionais a partir da cooperação e da equidade. Para os países

³³ *Ibidem*, p. 7.

³⁴ VIDAL, Gregorio. “América Latina: Del Consenso de Washington a la construcción de alternativas para el desarrollo y la democracia”, p. 18.

da América Latina isso implica fortalecer seus processos de formação de capital. O desenvolvimento é um processo endógeno que não é possível sem que sejam satisfeitas as condições que permitem cobrir os gastos de reprodução das capacidades produtivas dos seres humanos. Satisfazer os serviços públicos básicos é considerar os interesses dos trabalhadores, dos pequenos proprietários da cidade, dos camponeses, dos servidores públicos, nas tarefas de governo. É, portanto, uma condição para a consolidação da democracia.

No contexto atual de disputa pelo futuro econômico, social e político da América Latina e Caribe, no qual em vários países se está lutando para a construção de um modelo alternativo de desenvolvimento econômico e social como na Bolívia, Equador, Uruguai, etc. é muito importante que sejam incorporadas as organizações de migrantes no exterior, as quais com históricos diferentes, têm estado permanentemente em busca dos mecanismos para contribuir para o desenvolvimento econômico e social de seus países, regiões e comunidades de origem. Isso não significa delegar a elas a responsabilidade do desenvolvimento. Está claro que essa responsabilidade é uma obrigação dos Estados Nacionais. No entanto, as organizações de migrantes podem atuar como um novo ator transnacional do desenvolvimento, uma vez geradas as políticas públicas adequadas para o mesmo. Existem importantes experiências em El Salvador, Guatemala, Equador, Bolívia e México, onde as organizações de migrantes, de fato, já estão promovendo processos de transformação comunitária transnacional do exterior, coordenando diversos projetos sociais e microprojetos produtivos com as comunidades de origem, as autoridades municipais e regionais. O desafio consiste em construir verdadeiras políticas de Estado sobre Desenvolvimento e Migração, integrais e de longo prazo, que construindo novos projetos de desenvolvimento econômico nacional, fortaleçam o mercado interno, os diferentes setores produtivos, as regiões e sua capacidade de geração de empregos decentes e bem-estar para toda a população, além de tornar viável que todos os latino-americanos possam exercer seu direito a não emigrar, ou seja, que a médio prazo, a emigração seja uma opção a mais para se viver melhor e não uma necessidade como acontece até agora.

Bibliografía

- ACOSTA, Pablo et alii. "Remittances and Development in Latin America", in *The World Economy*, v. 29, n. 7, 2006, p. 957-987.
- BANCO INTERAMERICANO DE DESARROLLO - BID. *Las remesas como instrumento de desarrollo*. Directrices para propuestas de nuevos proyectos. MIF-FOMIN, 2001.
- CANALES CERÓN, Alejandro I. "Remesas y desarrollo en América Latina. Una relación en busca de teoría", in *Migración y Desarrollo*, n. 11, segundo semestre de 2008, p. 5-30.
- CENTRO LATINOAMERICANO Y CARIBEÑO DE DEMOGRAFÍA (CELADE) - División de Población de la CEPAL. *Migración Internacional y Desarrollo en Iberoamérica*. Cuenca, Ecuador, 2008.
- COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE – CEPAL. *El aporte de las mujeres a la igualdad en América Latina y el Caribe*. X Conferencia regional sobre la mujer de América Latina y el Caribe. 2007. Disponible em: www.choike.org/nuevo/informes/5589.html. Acceso em: 20.01.09.
- CORTINA, Jerónimo; GARZA, Rodolfo de la; OCHOA-REZA, Enrique. "Remesas: límites al optimismo", in *Foreign Affairs*, v. 5, n. 3, 2005, p. 27-36.
- DIVISIÓN DE POBLACIÓN - Naciones Unidas. *Tendencias de migración internacional 1965-2005*. Reunión de Expertos sobre Migraciones Internacionales y Desarrollo en América Latina y el Caribe, México D. F.: DESA, 2005.
- FUNDO INTERNACIONAL DE DESARROLLO AGRICOLA. *Enviar dinero a casa*. Roma, 2007. Disponible em: http://www.ifad.org/events/remittances/maps/brochure_s.pdf.
- GARCÍA ZAMORA, Rodolfo. *Migración Internacional, Remesas y Desarrollo: Los retos de las organizaciones migrantes mexicanas en Estados Unidos*. México: Universidad Autónoma de Zacatecas, 2006.
- _____. "Migración internacional y remesas colectivas en Zacatecas", in *Foreign Affairs*, v. 5, n. 3, 2005.
- _____. "Una Política Alternativa sobre Desarrollo y Migración para México", in GARCÍA ZAMORA, Rodolfo et alii. *Cambiando perspectivas: de la gestión de flujos hacia la construcción de políticas de migración con enfoque desarrollo*. Ciudad de México: Miguel Ángel Porrúa - Sin Fronteras, I.A.P- Universidad Autónoma de Zacatecas, 2008.
- GUARNIZO, Luis. "Aspectos económicos del vivir transnacional", in ESCRIVÁ, Ángeles; RIBAS, Natalia (Coords.). *Migración y Desarrollo*. Estudios sobre remesas y otras prácticas transnacionales en España. Córdoba (España):

- Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Instituto de Estudios Sociales de Andalucía, 2004, p. 55-86.
- GUILLEN Arturo. "Modelos de Desarrollo y Estrategias Alternativas", in CORREA, Eugenia; DÉNIZ, José; PALAZUELOS, Antonio (coords.). *América Latina y el Desarrollo Económico*. Madrid: Editorial Akal, 2008.
- _____. "Obstáculos a la transformación de América Latina". 2008. Inédito.
- IZQUIERDO, Antonio. "Cambios en la inmigración a resultas de la política restrictiva del gobierno español", in *Center for Comparative Immigration Studies, Working Paper* n. 109, Berkeley: Universidad de California, 2004.
- LOZANO, Fernando. "De excluidos sociales a héroes sexenales. Discurso oficial y remesas en México", in DELGADO WISE, Raúl; KNERR, Beatrice (editors). *Contribuciones al análisis de la migración internacional y el desarrollo regional en México*. Mexico: Universidad Autónoma de Zacatecas-Miguel Ángel Porrúa, 2005.
- MARTÍNEZ BUJAN, Raquel. *La reciente inmigración latinoamericana a España*. Serie Población y Desarrollo, n. 40, Santiago de Chile: CEPAL, 2003.
- PORTES, Alejandro. *The New Latin Nation: Immigration and The Hispanic Population of the United States*. Working Paper, n. 04-02. Princeton: Center for Migration and Development, Princeton University, 2004.
- RATHA, Dilip. *Workers Remittances: An Important and Stable Source of External Development Finance*. Global Development Finance. Washington, D.C.: World Bank, 2003.
- VIDAL, Gregorio. "América Latina: Del Consenso de Washington a la construcción de alternativas para el desarrollo y la democracia". 2008. Inédito.
- VILLA, Miguel; MARTÍNEZ, Jorge. *International migration in Latin America and the Caribbean: a summary view of trends and patterns*. Santiago de Chile: Centro Latinoamericano y Caribeño de Demografía (CELADE), División de Población de la CEPAL, 2004.
- VONO Daniela; DOMINGO, Andreu. "El control de los flujos procedentes de Iberoamérica a España desde la perspectiva sociodemográfica", in IZQUIERDO, Antonio (ed). *Actas del Seminario Internacional de Políticas Migratorias*. A Coruña: Universidad da Coruña, 2007, p. 108-130.

Abstract

International migration and economic development in Latin America: advances and challenges

This paper aims to analyze how the Latin American economy evolved, throughout the twentieth century by means of three different economic models: the primary exporter, the import substitution one and the neoliberal model — in which international migration and remittances acquire big dimensions — as a consequence of grave social impacts which this model has provoked in countries of the region since the 70s until century XXI. In contraposition to what the Inter-American Development Bank defends, remittances were not the lever for economic and social development on the continent. Instead, Latin America dangerously became more dependent on remittances and vulnerable in relation to the migrant receiving economy. The North-American subprime mortgage crisis in 2007 and 2008 obviated the necessity for reorientation of the neo-liberal model as recently attempted in South America in favor of an endogenous model, with growth of different sectors and regions, with the goal of promoting equity and the social well-being of the entire population.

Keywords: *International Migration; Development models; State policies for development and migration*

Received for publication in July, 31st, 2009.

Accepted for publication in October 13th, 2009.

Recebido para publicação em 31/07/2009.

Aceito para publicação em 13/10/09.